



1 Às nove horas do dia vinte e três de março de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO** e o Conselheiro
5 Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 007/2017 de
6 09.02.2017; ausência justificada dos Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA E CEZAR**
7 **COLARES** presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do
8 Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
11 assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*
12 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria".* Convocado o
13 Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, para apresentar proposta de Decisão nos termos
14 do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata
15 da Sessão Ordinária nº 13/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
16 momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 870012013-00; Prefeitura**
17 **Municipal de Xinguara; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Osvaldo De Oliveira
18 Assunção Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
19 Colares (Voto De Vista Do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.336, de**
20 **20.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**
21 **VISTA**: *"Reexaminando os autos, acompanho o posicionamento do Conselheiro Relator pela emissão de*
22 *parecer prévio recomendando a aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Xinguara do*
23 *exercício financeiro de 2013 de responsabilidade de Osvaldo Oliveira Assunção Júnior, em razão de terem*
24 *sido relevadas falhas que não comprometem a regularidade das contas, e voto pela emissão e Parecer*
25 *Prévio Favorável das Contas de Governo do exercício de 2013, recomendando à Câmara Municipal de*
26 *Xinguara a sua aprovação".* **Em votação**: na Sessão do dia 13.20.2016, os Conselheiros Cezar
27 Colares, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Antônio José Guimarães, decidiram por aguardar a
28 manifestação do Voto de Vista. Os Conselheiros Aloísio Chaves, Mara Lúcia e Sérgio Leão
29 encontravam-se ausentes, por ocasião de votação naquela Sessão. Na presente Sessão, após o
30 voto Vista, os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio
31 Leão acompanharam o Relator, na íntegra. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros
32 Aloísio Chaves, Mara Lúcia e Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
33 **unanimidade**, O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
34 regularidade das contas (Resolução nº12.976). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
35 **Processo nº 201612714-00; Prefeitura Municipal de Ourém; Juízo de Admissibilidade**
36 **– 2008**; Despacho De Não Admissibilidade de Pedido de Revisão; Responsável: Raimundo Zoe
37 De Jesus Saavedra; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogada/Contadora: Raquel
38 Araújo da Silva OAB/PA 20.389; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017**. Cumprindo
39 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
40 se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O



41 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
42 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso, com a manutenção da
43 decisão recorrida (Resolução nº 12.977). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
44 Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201612717-00;**
45 **Fundo Municipal de Saúde de Ourém; Juízo de Admissibilidade – 2008; Despacho de**
46 **Não Admissibilidade de Pedido de Revisão; Responsável: Raimundo Zoe De Jasus Saavedra;**
47 **Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogada/Contadora: Raquel Araújo da Silva**
48 **OAB/PA 20.389; Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo
49 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não
50 conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
51 seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo não
52 conhecimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 30.240).
53 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro
54 Daniel Lavareda. **Processo nº 140012011-00; Prefeitura Municipal de Belém; Prestação**
55 **de Contas – 2011; Contas Anuais De Governo; Responsável: Duciomar Costa; Instrução: 5ª**
56 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**
57 **Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogado/Contador:**
58 **Irineu Corrêa Kemper - CRC 6167; Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo
59 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
60 se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
61 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
62 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas
63 (Resolução nº 12.978). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, §
64 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
65 **140012012-00; Prefeitura Municipal de Belém; Prestação de Contas – 2012; Contas**
66 **Anuais De Governo; Responsável: Duciomar Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério**
67 **Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas**
68 **(Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogado/Contador: Irineu Corrêa Kemper - CRC 6167;**
69 **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
70 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
71 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
72 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu
73 pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 12.979). O
74 Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do
75 TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Em seguida**, o Conselheiro Sérgio Leão,
76 pediu a palavra para demonstrar sua preocupação no que se refere ao quórum, pois
77 considerando a relevância do julgamento das contas da capital do Estado, o Plenário deveria
78 estar em sua plenitude. O Conselheiro Daniel Lavareda, apreciou a preocupação do referido
79 Conselheiro. **Processo nº 460012010-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba; Prestação**



80 **de Contas – 2010; Contas Anuais De Governo;** Responsável: Rosiel Sabá Costa; Instrução:
81 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
82 Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogado/Contador:
83 Maria do Socorro Pinto Alves Batista – Contadora; **Publicado no DOE nº 33.336, de**
84 **20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
85 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e
86 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual . A matéria foi colocada **em**
87 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
88 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas
89 (Resolução nº 12.980). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, §
90 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
91 **460012010-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba; Prestação de Contas – 2010;**
92 **Contas Anuais De Gestão;** Responsável: Rosiel Sabá Costa; Instrução: 5ª Controladoria;
93 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio
94 Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogada/Contadora: Maria do Socorro
95 Pinto Alves Batista – Contadora; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo
96 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
97 se pela irregularidade das contas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
98 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
99 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das
100 contas com recolhimento, aplicação de multas, encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
101 Público Estadual, bem como determinar a indisponibilidade dos bens do Ordenador nos termos do
102 inciso I, do Art. 145 do RI/TCM-PA (Acórdãos nº 30.241 e nº 30.242). O Conselheiro Daniel
103 Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência
104 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 550022011-00; Câmara Municipal de**
105 **Paragominas; Prestação de Contas – 2011;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Antônio
106 Batista Oliveira Lopes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
107 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº**
108 **33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
109 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
110 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
111 O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com recolhimento e aplicação
112 de multas. (Acórdão nº 30.243). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antonio José
113 Guimarães. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 964552013-00; Fundo**
114 **Municipal de Meio Ambiente de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2013;**
115 **Contas Anuais De Gestão;** Responsável: Ivanete Santos Cunha; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-
116 Pa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;
117 **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
118 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A



matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.244). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 964612013-00; Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Jersonias Calderaro Pereira; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-Pa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. (Acórdão nº 30.245). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1410142005-00; Fundo Municipal de Saúde de Quatipuru; Prestação de Contas – 2005**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Lucia Carneiro da Costa ; Instrução: 1ª e 7ª Controladorias/TCM-Pa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.246). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 432262012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Maracanã; Prestação de Contas – 2012**; Contas de Gestão; Responsável: Maria Eliana Dos Santos Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.247). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200022013-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais de Gestão - Risco Médio; Responsável: Vanete Pereira Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela



158 regularidade das contas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.248). Presidência do Conselheiro
159 Daniel Lavareda. **Processo nº 1194172011-00; Fundo Municipal de Educação de Novo**
160 **Repartimento; Prestação de Contas – 2011;** Contas Anuais de Gestão - Risco Médio;
161 Responsável: Hélio Viana Do Nascimento (01/01 a 28/03) e Edvar Maria Alves Fernandes; (29/03
162 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
163 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo
164 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
165 se pela irregularidade das contas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
166 Estadual de ambos os Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
167 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
168 pela irregularidade das contas, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao
169 Ministério Público Estadual de ambos os Ordenadores, e pelo recolhimento aos cofres municipais
170 das quantias imputadas ao Sr. Hélio Viana do Nascimento (período de 01.01 a 28.03) (Acórdão nº
171 30.249). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo 690022010-00; Câmara**
172 **Municipal de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais de
173 Gestão; Responsável: Joaquim Oliveira Figueiredo; Instrução 7ª: Controladoria/TCM-Pa;
174 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José
175 Alexandre Da Cunha Pessoa (Processo Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José Carlos
176 Araújo); Advogado/Contador: Sérgio Roberto Rodrigues Lima; **Publicado no DOE nº 33.336,**
177 **de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
178 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A
179 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
180 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas com
181 ressalvas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.250). Presidência do Conselheiro Daniel
182 Lavareda. **Processo nº 560022013-00; Câmara Municipal de Peixe-Boi; Prestação de**
183 **Contas – 2013;** Contas Anuais De Gestão - Risco Baixo; Responsável: Adriano Oliveira da Silva;
184 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
185 Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado**
186 **no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
187 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com
188 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
189 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
190 contas, com ressalvas e emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.251). O Conselheiro
191 Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA.
192 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 460022010-00; Câmara Municipal**
193 **de Mocajuba; Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais De Gestão - Risco Alto;
194 Responsável: Rosalvo Corrêa Sacramento; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
195 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
196 (Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogada/Contadora: Luciana Nobre de Assis - CRC-



9818; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas e emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.252). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 462192010-00; Fundo Municipal de Saúde de Mocajuba; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais De Gestão - Risco Alto; Responsável: Maria Augusta Bittencourt Saboia (01/01 a 05/10) e Emanuel Marcelo Nunes; Sabá (06/10 a 31/12); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva ; Relator(a) Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas com ressalvas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.253). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 462202010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Mocajuba; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais De Gestão - Risco Alto; Responsável: Gilcéia Maria Cunha Melo; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); Advogada/Contadora: Maria do Socorro Pinto Alves Batista – Contadora; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas com ressalvas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.254). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 462352010-00; FME/FUNDEB de Mocajuba; Assunto Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais De Gestão**; Responsável: José Benedito Nunes Sabá (01/01 a 30/04) e Regina Suely M. Meireles (01/05 a 31/12); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,



236 decidiu pela regularidade das contas com ressalvas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.255).
237 O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do
238 TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201607104-00**
239 **(201602955-00 / 1030022012-00); Câmara Municipal de São João de Pirabas; Pedido**
240 **de Revisão – 2012;** Pedido De Revisão - Contra Decisão Objeto Do Acórdão Nº 26.188/2015;
241 Autor: Amarildo De Jesus Ferreira Pereira; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público
242 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**
243 **33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
244 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento, provimento parcial do Recurso e
245 reforma da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
246 proferiu seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** pelo
247 conhecimento, provimento parcial do Recurso e reforma da decisão recorrida (Acórdão nº
248 30.256). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201600001-00**
249 **(200022012-00); Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Assunto Recurso – 2012;**
250 **Ordinário** Contra a Decisão Objeto Do Acórdão Nº 27.691/15; Recorrente: Odirvaldo Avelar;
251 Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
252 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.**
253 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
254 manifestou-se pelo conhecimento, provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**
255 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
256 Plenário, **à unanimidade,** pelo conhecimento, provimento parcial do Recurso (Acórdão nº
257 30.257). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201310295-00; Instituto**
258 **de Previdência Social dos Servidores do Município - Altaprev de Altamira;** Assunto
259 Aposentadoria; Resolução Nº 048/2015, de 26.11.15; Interessado: Odete Marques Dos Anjos;
260 Ministério Público Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto
261 Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.336,**
262 **de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
263 posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
264 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A matéria foi colocada **em**
265 **discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela
266 negativa de registro do Ato (Acórdão nº 30.258). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere
267 Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel
268 Lavareda. **Processo nº 201601520-00; Câmara Municipal de Gurupá; Assunto Contrato**
269 **– 2016;** Contrato Temporário de Pessoal Nº 004/2016; Interessado: Rosélio Pureza Da Silva;
270 Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado**
271 **no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
272 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A
273 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
274 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela negativa de registro do Ato



275 (Acórdão nº 30.259). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201611726-**
276 **00; Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Assunto: Subsídio – 2017;**
277 **Resolução Nº 001/2016, Que Fixa os Subsídios dos Vereadores da Câmara; Municipal Para a**
278 **Legislatura 2017/2020; Interessado: Derivaldo Rodrigues De Souza; Ministério Público**
279 **Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no**
280 **DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
281 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi
282 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
283 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com aplicação de
284 multa pela remessa intempestiva (Resolução nº 12.981). Presidência do Conselheiro Daniel
285 Lavareda. **Processo nº 201611922-00; Câmara Municipal de Bragança; Assunto Diária –**
286 **2016; Resolução Nº 503/2016, Que Fixa as Diárias Para os Vereadores Para a Legislatura**
287 **2017/2020; Interessado: Irene Dos Santos Farias; Ministério Público Procuradora Maria Inez**
288 **Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº**
289 **007/2017); Publicado no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental,
290 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de
291 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
292 **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
293 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com aplicação de multa pela remessa
294 intempestiva (Resolução nº 12.982). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos
295 do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
296 **Processo nº 201700038-00; Câmara Municipal de Terra Alta; Assunto Diária – 2017;**
297 **Resolução Nº 04/2016, Que Fixa as Diárias dos Vereadores Para a Legislatura 2017/2020;**
298 **Interessado: Arivaldo Saraiva Ferreira; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
299 **Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); Publicado**
300 **no DOE nº 33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
301 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato.
302 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
303 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com
304 aplicação de multa pela remessa intempestiva (Resolução nº 12.983). O Conselheiro Daniel
305 Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência
306 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1210052013-00; Fundo Municipal De Saúde**
307 **de Pau D'Arco; Reabertura – 2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Eduardo**
308 **Rodrigues Miranda; Instrução 7ª Controladoria/TCM -Pa; Ministério Público: Procuradora Geral**
309 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº**
310 **33.336, de 20.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao
311 Plenário, a solicitação de reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em**
312 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a
313 reabertura solicitada (Resolução nº 12.984). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.



314 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
315 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, comunicou ao Pleno:
316 *"Informo que não estarei presente na próxima sessão do dia vinte e oito de março, pois estarei*
317 *participando do Curso de Gestão de Governança nos Tribunais, este por sua vez, promovido pelo Instituto*
318 *Serzedelo Corrêa do TCU, no qual estarão presentes todos os presidentes dos tribunais. Haverá ainda, uma*
319 *assembléia geral do Instituto Rui Barbosa -IRB. Na oportunidade, estarei reunido com o Presidente do*
320 *Senado, o Senador Eunício Oliveira, com o Senador Jader Barbalho, e toda a bancada federal do Estado do*
321 *Pará, para tratar da PEC de autoria do Senador Eunício que torna os Tribunais de Contas com fundação*
322 *anterior a Constituição de 1988, essenciais, permanentes no sistema de controle do País, essa PEC é de*
323 *relatoria do Senador Jader Barbalho, considerada portanto, de suma importância para a existência do TCM-*
324 *Pa, já que ela garante que as Assembléias Legislativas não podem extinguir qualquer Tribunal seja do*
325 *Estado ou dos Municípios que existiam antes da Constituição de 1988. Tese esta, que foi objeto de*
326 *reclamação constitucional de defesa para a extinção do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e que é*
327 *defendida por alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, entre eles, o Ex Ministro Carlos Ayres Brito.*
328 *Gostaria que Vossas Excelências me apoiassem nesta iniciativa junto aos seus conhecidos que compõe a*
329 *bancada federal do Pará, para pedir apoio, eu irei representar o TCM, em conjunto com o Conselheiro*
330 *Domingos Filho, que é presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Quero ainda, apresentar ao*
331 *Pleno, registro de elogios que vêm sendo feitos desde o ano passado, mas como dizia o falecido Senador*
332 *Ulysses Guimarães: "temos que elogiar para fora, não só para dentro", não é só o servidor que tem que*
333 *saber que foi elogiado, mas o Pleno também, para estar ciente das atividades do Tribunal, e como elas*
334 *estão acontecendo. Desta maneira, recebemos através da Ouvidoria elogios aos trabalhos da Secretaria,*
335 *Recepção e DICAP, sendo estes feitos com gentileza e atenção".* **ENCERRADA** a presente Sessão, às
336 doze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
337 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de março
338 de dois mil e dezessete.
339 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 024/2017, dezoito de abril de dois mil e dezessete.
340 Visto:
341

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão